

## **PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS DE MATO GROSSO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O DESMATAMENTO**

Maira Luiza Spanholi<sup>1</sup>  
Alessandra Maria Filippin dos Passos<sup>2</sup>

**Eixo temático: Recursos Naturais**

### **RESUMO**

A busca pela colonização de novas terras e a criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso ocasionaram grande desmatamento de suas florestas, pois priorizavam a exploração dos recursos naturais e a transformação de áreas para a produção de alimentos. Diante disso, tem como objetivo trazer uma reflexão da influência do processo de colonização e das políticas desenvolvimentistas no desmatamento no estado de Mato Grosso. O estudo trata-se de uma revisão bibliográfica através de consulta a livros e artigos científicos selecionados, em especial, nos bancos de dados SCIELO, GOOGLE Acadêmico, periódicos CAPES e livros direcionados. As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional priorizaram a ocupação de territórios em detrimento do meio ambiente. No estado de Mato Grosso, o processo de colonização se voltou para a exploração de recursos madeireiros, tendo em vista a diversidade de espécies na região. Dados tais fatores, o estado de Mato Grosso representa 20% de todo o desmatamento identificado na Amazônia Legal. Pode-se concluir que as políticas desenvolvimentistas implantadas no estado, preocuparam-se em explorar o seu potencial econômico e recursos naturais para desenvolver a região sem levar em consideração a importância da manutenção das florestas.

**Palavras-chave: Amazônia Meridional; Degradação de Florestas; Desenvolvimento; Políticas Públicas.**

### **INTRODUÇÃO**

Com a constante busca pelo desenvolvimento e geração de valor, políticas públicas foram implantadas no Brasil no período do Estado Novo, com incentivos que foram moldados a partir de um modelo agrícola-urbano-industrial. A crise do café nos anos 30 e os impasses ao desenvolvimento do setor na economia brasileira, fizeram com que as elites estabelecidas no período do golpe de 1937, buscassem outras alternativas de expansão econômica. Deste modo, a agricultura alavancada por mercados dinâmicos e por políticas de incentivo ao desenvolvimento e expansão da atividade foi ganhando espaço e alterando os modelos de produção (MUELLER, 1992).

A partir da década de 1960 os programas de ocupação da Amazônia foram intensificados e os projetos de colonização focaram em construir municípios com o objetivo

---

<sup>1</sup>Economista, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres-MT, mairaspanholi@gmail.com.

<sup>2</sup>Economista, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Cáceres-MT, alessandraflppn@gmail.com.

de povoar a região com uma população formada por colonos vindos sobretudo do Paraná e do Rio Grande do Sul, com vistas a explorar o potencial agrícola dessa região. Além disso, com o propósito de integrar o local as demais regiões do país foi projetada a construção principalmente da BR-163. Portanto, através desses e outro projetos o estado de Mato Grosso se tornou atrativo para empresas de diversos ramos, como as de exploração madeireira e de minerais (GRANDO, 2014).

Dada a expansão destas atividades decorrente do processo de colonização, a partir da década de 1970, grandes áreas de florestas nativas foram derrubadas para a inserção de pastagens e projetos de ocupação visando a reforma agrária (ALVES, 2010).

Neste aspecto, no ano de 1965 o nível de desmatamento alcançou seu maior índice e partir de então dadas as políticas públicas e planos de controle do desmatamento esses níveis vem oscilando, o desmatamento na Amazônia está ligado a fatores como: incêndios, comércio ilegal de madeira, expansão das atividades econômicas como a pecuária e agricultura e aumento da densidade populacional. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento na Amazônia Legal desenvolve-se em ritmo acelerado chegando a mais de 20.000 km<sup>2</sup> por ano, onde nos anos de 1988 até 2008, o total de área desmatada foi de 354.261 km<sup>2</sup> (ARRAES et al., 2012).

Diante do exposto, o artigo tem como objetivo, através de estudos bibliográficos, trazer uma reflexão relacionando o processo de colonização e as políticas desenvolvimentistas com o desmatamento difundido no estado de Mato Grosso.

## **METODOLOGIA**

Este estudo é constituído de uma revisão da literatura nacional e internacional, no qual foram realizadas consultas a livros e periódicos. A base de dados para levantamento bibliográfico foi: INPE/PRODES, SCIELO, Periódicos CAPES, GOOGLE Acadêmico e livros direcionados ao assunto.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Se tratando do processo de colonização do estado de Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980 dada a inserção do modelo desenvolvimentista de integração era respaldado por políticas que abrangiam atividades econômicas, tais como: a pecuária, agricultura,

implantação de usinas hidrelétricas e rodovias, onde as mesmas geraram grandes conflitos entre os colonizadores e as populações tradicionais (ALENCAR, 2004).

Com o modelo desenvolvimentista implantado visando a ocupação dos espaços vazios, algumas políticas públicas foram fundamentais para a nova configuração do estado de Mato Grosso, o que auxiliou no desmatamento no estado. O Governo Federal, lançou programas e planos de incentivos vinculados a SUDECO e SUDAM e associados ao Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, I e II. Entre eles, podem ser citados como principais: o Programa de integração nacional – PIN de 1970, que tinha como objetivo financiar obras de infraestrutura, como a abertura de rodovias federais e outras ações; o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE de 1971, voltado ao estímulo da produção (NUNES; GATTI e SOBRINHO, 2008).

Um dos maiores atrativos do extremo Norte de Mato Grosso era porque estava no início da Floresta Amazônica, uma região de grande biodiversidade e com recursos de alto valor econômico, como árvores de madeira nobre, favorecendo a exploração madeireira e de minerais (SABOURIN e RODRIGUES, 2009). O Programa de Desenvolvimento da Amazônia – POLAMAZÔNIA priorizou a ocupação e exploração de quinze áreas na Amazônia Legal, que foram selecionadas por terem potenciais agropecuários, agroindustriais e minerais (NUNES; GATTI e SOBRINHO, 2008). Nos anos de 1980, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – POLONOROESTE inaugurou um modelo novo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, pois implantou megaprojetos de hidrelétricas que transformaram os municípios e causaram conflitos ambientais (BROWDER e GODFREY, 2006).

Todos esses programas estavam voltados para a ocupação da fronteira e tinham como objetivo desenvolver a região amazônica e, com isso, os índices de desmatamento no estado de Mato Grosso foram sendo elevados ao longo dos anos.

Como mencionado, o desmatamento vêm sendo contínuo desde a colonização da região amazônica induzida pelo estado, através de programas de inserção, abertura de estradas, incentivos a infraestrutura e projetos de colonização. Outro aspecto foi a implantação de atividades econômicas como a pecuária e o ganho de certas vantagens, através de incentivos fiscais e especulação fundiária (DINIZ, 2009).

No estado de Mato Grosso, desde a década de 1970 até o presente momento observa-se mudanças nas paisagens por conta da inserção de pastagens e plantações agrícolas, visando as demandas locais, regionais e internacionais (DE FRIES et al., 2013). Deste modo, com

essa expansão das atividades econômicas decorrentes do processo capitalista e da colonização o desmatamento no estado de Mato Grosso possui um dos maiores índices, onde no ano de 2016 o desmatamento aumentou cerca de 190% comparado ao ano de 2015 (IMAZON, 2017).

Segundo dados levantados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite – PRODES, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, o estado de Mato Grosso foi responsável por 20% de todo o desmatamento identificado na Amazônia Legal (ICV, 2017).

Os efeitos do desmatamento são devastadores, levando a erosão do solo e a exaustão dos nutrientes, perda dos potenciais hidrográficos, perda da biodiversidade e aumento da emissão de gases (FEARNSIDE, 2005).

Devido a tais fatores, o governo se atentou a criação de políticas para controlar e combater o desmatamento, aderindo ao monitoramento por satélite e delimitações para o licenciamento agropecuário. Entretanto, muitas dessas medidas foram inexpressivas, sendo o mercado o mais influente sobre os índices de desmatamento (BARRETO e ARAÚJO, 2012).

## CONCLUSÕES

No estado de Mato Grosso, as principais políticas de desenvolvimento ocorreram entre as décadas de 1960 e 1970 com programas e planos que visavam explorar o potencial econômico da região principalmente a diversidade florestal e mineral.

Desta forma, dado o processo de colonização e as políticas desenvolvimentistas inseridas ao longo da história, o estado de Mato Grosso perdeu grande parte de suas florestas nativas, dando lugar a atividades econômicas como a agricultura, pecuária e a exploração madeireira. Assim, a evolução do desmatamento no estado foi resultado de interesses econômicos, onde valores ambientais, éticos, ecológicos e sociais não foram levados em consideração pelos formuladores de políticas ou pelos próprios exploradores.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. **Belém**: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004.

ALVES, D. S. O processo de desmatamento na Amazônia. **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 259-275, 2010.

ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z.; SIMONASSI, A. G. Causas do desmatamento no Brasil e seu ordenamento no contexto mundial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 1, p. 119-140, 2012.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária** 1.2, 2006.

BARRETO, P.; ARAÚJO, E. **O Brasil atingirá sua meta de redução do desmatamento**. Belém: Imazon, 2012.

BROWDER, J O.; GODFREY, B. J. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2006. p. 93- 103.

DE FRIES, R.; HEROLD, M.; VERCHOT, L.; MACEDO, M. N.; SHIMABUKURO, Y. Export-oriented deforestation in MatoGrosso: harbinger or exception for other tropical forests? **Philosophical Transactions of the Royal Society of London B: Biological Sciences**, 368(1619), 20120173, 2013.

DINIZ, M. B.; OLIVEIRA JUNIOR, J. N.; TROMPIERI NETO, N. Causas do desmatamento da Amazônia: uma aplicação do teste de causalidade de Granger acerca das principais fontes de desmatamento nos municípios da Amazônia Legal brasileira. **Nova Economia**, 19.1: 2009. p. 121-151.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 113-123, 2005.

GRANDO, R. L. S. C. **Território em Construção**: desenvolvimento territorial, organização social e políticas públicas no Território Portal da Amazônia, Mato Grosso (MT). Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ICV, **Instituto Centro de Vida**. Disponível em: <<http://www.icv.org.br/>>. Acesso em junho de 2018.

IMAZON, **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia**. Disponível em <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/publicacao.asp?id=411>> Acesso em: Junho de 2018.

MUELLER, C. C. "Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil." **Revista de Administração Pública** 26.3. p. 64-87, 1992.

NUNES, M. A.; GATTI, F.; SOBRINHO, R. A. Políticas territoriais e desenvolvimento regional no Estado de Mato Grosso. **IV Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional**, 2008. Disponível em: <<https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/149.pdf>> Acesso em: 25/06/2018.

SABOURIN, E.; RODRIGUES, J. A. Interação entre Políticas Públicas e Dinâmicas Locais da agricultura familiar no Território do Portal da Amazônia – Mato Grosso. In: **Desenvolvimento Territorial**. Diretrizes para a Região da BR163. Projeto Diálogos. Brasília: WWF-Brasil, 2009. p. 45-81.